

42.º Aniversário do Jornal Raio de Luz - Sesimbra



- Enquadramento: o debate é organizado no âmbito das comemorações do 42.º aniversário do jornal Raio de Luz – um jornal mensário de Sesimbra - e ainda no âmbito da preparação do X Congresso da Associação de Imprensa de Inspiração Cristã, que decorrerá em Sesimbra, no próximo mês de outubro.
- História: o Jornal Raio de Luz foi fundado em 1 de janeiro de 1975, com periodicidade bimestral, sendo que em outubro de 1977 iniciou a sua publicação mensal. Nos seus quadros foram formados alguns jornalistas que hoje exercem a sua atividade na imprensa diária.
- Diretores: fundado por José Pedro Guerreiro Xavier, em colaboração com alguns amigos, foi seu primeiro Diretor Rui Manuel Taborda Rodrigues Gonçalves. Atualmente, e desde setembro de 2013, a direção do Jornal passou a ser exercida por António Manuel Rodrigues Marques.
- O Jornal Raio de Luz é propriedade do Centro de Estudos Culturais e de Ação Social Raio de Luz, uma Associação de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural, declarado Organismo de Utilidade Pública em 2 de maio de 1984.



Trabalho desenvolvido pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto na área da Comunicação Social:

Audições, audiências, representações:

A Comissão tem desenvolvido um intenso trabalho nesta área e tem estado muito atenta às alterações que têm ocorrido neste setor e aos constrangimentos daí decorrentes.

- ✓ A Comissão aprecia, anualmente, o Relatório de Regulação e de Atividades e Contas da ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social, promovendo um audição anual com o respetivo Conselho Regulador;

- ✓ A Comissão aprecia, anualmente, o Plano de Atividades e Orçamento e o Relatório de Atividades e Contas da RTP e promove, também anualmente, audições com as seguintes entidades:
 - Conselho de Administração da RTP;
 - Conselho geral Independente da RTP;
 - Conselho de Opinião da RTP;
 - Provedor do Telespetador da RTP;
 - Provedor do Ouvinte da RTP.
- ✓ A Comissão tem acompanhado de perto a situação da Agência Lusa, tendo já efetuado reuniões com o Conselho de Administração, Comissão de Trabalhadores, Conselho de Redação, e Direção de Informação.

A este respeito, encontra-se agendada, para o dia 28 de março, uma audição pública sobre o modelo de agência noticiosa e informativa de interesse público, serviço prestado pela Agência Lusa, tendo em conta os novos desafios que se colocam à comunicação social.

- ✓ A Comissão realizou, em junho de 2016, uma audição pública sobre os novos desafios da comunicação social. Foram ouvidas as estruturas representativas e os profissionais do setor relativamente a questões que dizem respeito à atual realidade da comunicação social, onde se incluem, entre outros, o rigor da informação, o tratamento dos factos recolhidos e as questões laborais dos profissionais. A crise económica e as dificuldades de mercado, a concorrência de novos meios e suportes tecnológicos (internet), a pressão do Estado (excesso de regulamentação e regulação) e as condições de trabalho dos profissionais foram algumas das dificuldades apontadas.
- ✓ A Comissão recebeu, recentemente, em audiência a recém-constituída Associação Nacional de Imprensa Regional, que defendeu a existência de uma imprensa local e regional independente, organizada e profissionalizada e lembrou o estudo realizado recentemente pela ERC sobre a imprensa regional, que aponta para que 95% dos portugueses não pagaria nunca por um jornal digital, que 80% ficaria descontente se a imprensa regional desaparecesse e que 65% desses leitores só leem notícias da sua terra nos jornais regionais.

Esta Associação apresentou ainda um conjunto de propostas para o setor, afirmando que é imperioso modernizá-lo e adaptá-lo ao mundo digital; que estes órgãos de comunicação social não conseguem sobreviver se deixar de existir a versão em papel porque precisam de receitas publicitárias; que precisam do digital para vender mais jornais e mais publicidade e daí poderem afirmar que a internet não veio diminuir e, muito menos, substituir a imprensa escrita.

Deixaram também um apelo aos Deputados para que não deixem morrer a imprensa regional, porque hoje já só restam 184 jornais, estando a desaparecer 10 a

15 por ano. Sublinharam que não se podem esquecer as pessoas que não têm acesso à internet e as que desconhecem por completo as novas tecnologias e que são leitoras da imprensa regional tradicional.

- ✓ A Comissão recebeu em audiência a Associação Portuguesa de Imprensa, que alertou para alguns dos problemas do setor, nomeadamente no que se refere à legislação aplicável, à regulação fraca e ineficaz, dada a coexistências de vários reguladores, e ainda às alterações ao Código da Publicidade.
- ✓ A presidente da Comissão participou, recentemente na sessão de abertura do 4.º Congresso dos Jornalistas Portugueses. A Comissão aprovou já a **audição da Comissão Organizadora do 4.º Congresso dos Jornalistas Portugueses**, para apresentação das matérias tratadas e das principais conclusões resultantes do Congresso.

Dessas conclusões, destacam-se:

- Precariedade – Necessidade de defesa dos profissionais sujeitos à precariedade e reforço da importância dos instrumentos de contratação coletiva.
- Igualdade de género – Desenvolvimento de uma estratégia que se venha a refletir na implementação de políticas concretas nas empresas de média, tendo em vista a igualdade de género no jornalismo.
- Educação para os media - Realização de novas iniciativas, alianças e parcerias, a fim de inscrever a informação mediática no contexto do processo educativo.
- Introdução de uma disciplina de literacia da comunicação de massas no ensino básico.
- ERC - Início do processo de decisão para alterar a composição da ERC, acompanhado de um debate sobre o seu papel e a sua atuação.
- Fragilização extrema dos trabalhadores na relação com as entidades contratantes - Reposição dos direitos dos trabalhadores e correção da legislação atualmente em vigor, que representou um inaceitável retrocesso civilizacional, com a degradação das condições de trabalho e dos salários, designadamente, dos jornalistas.

Iniciativas Legislativas:

- ✓ Lei 33/2016 - Garante o acesso universal e a emissão de todos os canais de serviço público de televisão através da Televisão Digital Terrestre (TDT).

Petições:

A Comissão apreciou duas petições no âmbito da comunicação social:

- ✓ Petição 67/XIII (de Arthur Ligne, diretor e editor do semanário "Gazeta de Lagoa") - *Pela extinção da taxa de regulação e supervisão para a comunicação social, e da Entidade Reguladora para a Comunicação Social.*

- ✓ Petição 210/XIII - *Solicita alteração legislativa ao n.º 2 do artigo 29.º da Lei da Imprensa, Lei n.º 2/99, de 13 de janeiro.*

Propõem-se as seguintes alterações:

- Chamar expressamente à colação todos os responsáveis pela linha editorial, sejam eles diretores, editores ou seus substitutos;
- Responsabilizar conjuntamente (e não solidariamente) os diretores, ou seus substitutos, juntamente com a empresa detentora do meio de comunicação e os autores dos textos e/ou fotografias.